|  |
| --- |
| **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA** A \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara sob as penas da lei, a inexistência dos requisitos dispostos no § 4º do art. 71 do Decreto 45.242, de 11 de dezembro de 2009, qual seja: *§ 4º – Ficará impedida de receber doações a organização da sociedade civil de que trata o inciso V que:**I – tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública estadual, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como a parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;**II – tenha entre seus dirigentes pessoa:**a) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;**b) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem as penas estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do art. 12 da*[*Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992*](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=8429&ano=1992&tipo=LEI)*.* Por ser a expressão da verdade, firma a presente.  data, local;\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nome Completo do Responsável |